



COLUNAS

[Coluna] O Golpe Militar Não Foi Um Raio Caído Do Céu Azul

COLABORADOR • mar 14, 2017



por Eduardo Stotz, presidente da CMV

Na história republicana do Brasil, os golpes militares são inseparáveis das lutas de classes e representam um desfecho político dessa luta em favor das dominantes.

A deposição do presidente João Goulart por um núcleo do alto comando das Forças Armadas em 1º de abril de 1964 faz parte dessa história. Contudo, ainda que fosse aventado como uma possibilidade, a exemplo do que escreveu Wanderley Guilherme dos Santos na obra “Quem dará o golpe no Brasil?” (1962), fato é que surpreendeu as esquerdas. A conspiração transcorreu em segredo estrito.

De acordo com René Dreifuss (1964: A conquista do Estado) o golpe resultou de diversos movimentos que tiveram seu núcleo articulador nos ativistas civis e militares do IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) e da ESG (Escola Superior de Guerra). O verdadeiro “estado-maior informal” do movimento golpista que implantou a ditadura militar foram os generais “esguianos” Humberto Castello Branco, Ernesto Geisel, Ademar de Queiroz e Golbery do Couto e Silva, este como coordenador-geral.

A cidade de Petrópolis sediou várias das reuniões secretas do grupo militar golpista. Dreifuss, citando Stacchini (capítulo VIII, nota 70), afirma que um desses locais foi o apartamento do juiz Antonio Neder no Edifício Centenário.

O apoio civil estava organizado por grandes empresas e pelas associações de classe da burguesia, mas também fazia-se representar em várias organizações de direita como o “Grupo de Ação Patriótica”, liderado por Aristóteles Drummond com apoio do deputado Amaral Netto, e “Ação de Vigilantes do Brasil”, organizado por Paulo Galvão. Estes, por sua vez estavam vinculados ao almirante Silvio Heck e eram apoiados pelos chefes da polícia política e da segurança pública do Rio de Janeiro. Estavam recebendo armas, inclusive da Aliança para o Progresso, indicando a interferência da CIA, e fazendo treinamento para o confronto que esperavam breve. Serviram para desviar a atenção dos serviços de informação e do dispositivo militar do governo Goulart “enquanto a ameaça real provinha das próprias Forças Armadas”. (Dreifuss, capítulo VIII, nota 128)

É importante assinalar que a conspiração foi bem sucedida porque o golpe militar de 1964 não foi um raio caído do céu azul. Ele expressou a consciência e a tomada de posição das diversas frações da burguesia de que o capitalismo no Brasil não deveria seguir o caminho das reformas de base propugnadas por Goulart e tampouco a perspectiva nacional-desenvolvimento adotada por ele.

Atalhar o caminho: apesar do caráter capitalista das reformas, estas eram apoiadas pelas organizações dos trabalhadores que, aos poucos, davam-se conta de suas limitações; assim, era indispensável bloquear seu amadurecimento político, antevista na greve geral dos 700 mil em São Paulo, em outubro de 1963, na reivindicação do “salário móvel” para enfrentar a inflação, assim como, no campo, no objetivo da expropriação do latifúndio proposto pelas Ligas Camponesas. O movimento unificado no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) representava um peso político real na sociedade.

Algumas das reformas propostas por João Goulart foram retomadas após o golpe e contribuíram para a retomada do ritmo do crescimento da economia brasileira a partir de 1968. Então, tendo feito a “limpeza” das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores, a gigantesca estrutura repressiva montada pelo alto comando das FFAA pode instaurar, por meio do Ato Institucional nº 5, a paz social. Uma “paz de cemitério” somente interrompida pelas manifestações populares uma década depois.

Foto: charge publicada no Correio da Manhã em 17/01/1964

A Comissão é formada por: Eduardo Stotz – sociólogo e historiador, pesquisador da Fiocruz; Glauber de Oliveira Montes – historiador e professor; João Fabre dos Reis – advogado trabalhista; Maria Helena Arrochellas – teóloga e coordenadora do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; Rafane Valoura Paixão – historiadora e Roberto Schiffler Neto – sociólogo e professor.

Endereço e acesso: Prefeitura Municipal de Petrópolis – Avenida Koeler, 260 – Centro – Petrópolis – RJ – Tel.: (24) 2246-9325. Facebook.com/cmvpetropolis – cmv@petropolis.rj.gov.br

Mais em:

[\[Coluna\] Memória e Verdade em Petrópolis – Jango no Palácio Rio Negro](#)

[\[Coluna\] Memória e Verdade em Petrópolis](#)

[\[Coluna\] Memória e Verdade em Petrópolis – o Processo Histórico da Luta](#)

As opiniões contidas não representam a opinião do site; a responsabilidade é do autor da publicação.

